

MINUTA

Ata – Assembleia Geral Ordinária 11.03

1
2
3
4 No dia 11 de março de 2021, os membros do Comitê de Bacias Hidrográficas dos
5 Afluentes Mineiros do Alto Paranaíba se reuniram para a 1ª Reunião Ordinária de 2021
6 do CBH AMAP PN1, por meio de videoconferência via plataforma JITSY MEET.
7 Estiveram presentes os seguintes membros: Lázaro Heliton Santos Côrtes (Policia Militar
8 de Minas Gerais – PMMG), Tiago Conti Begnossi (Empresa de Assistência Técnica e
9 Extensão Rural do Estado de Minas Gerais – Emater), Robson Rodrigues dos Santos
10 (Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam), Bruno Neto de Ávila (Instituto Mineiro
11 de Gestão das Águas – Igam), Rubens Maciel Cappuzzo (Instituto Estadual de Florestas
12 – IEF), Kassio Henrique Gama Souza (Consórcio Intermunicipal – Região Integrada de
13 Desenvolvimento Sustentável – RIDES), Antônio Geraldo de Oliveira (Prefeitura
14 Municipal de Patrocínio), Agno Rosa de Castro (Associação dos Municípios da
15 Microrregião do Alto Paranaíba – AMAPAR), Eni Aparecida do Amaral (Prefeitura
16 Municipal de Patos de Minas), Augusto Peres Arruda (Prefeitura Municipal de Serra do
17 Salitre), Helberth Henrique Raman Vale Teixeira (Federação das Indústrias do Estado de
18 Minas Gerais – FIEMG), Ana Luiza Ribeiro Cândido (Galvani Indústria, Comércio e
19 Serviços S.A.), Sergio Luiz Gato (Furnas Centrais Elétricas S.A., Fernando Costa Faria
20 (Federação dos Cafeicultores do Cerrado), José Américo Carniel (Associação dos
21 Produtores Rurais Irrigantes e Usuários de Água da Região do Mundo Novo), Jairo José
22 Carneiro (Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA), Gisely Regina de
23 Oliveira (Trilhas Interpretativas), Edivaldo Soares Santos (Sindicato dos Trabalhadores
24 Rurais de Patrocínio), Eusímio Felisbino Fraga Junior (Universidade Federal de
25 Uberlândia – UFU), José Eduardo Peçanha (Conselho Regional de Engenharia e
26 Agronomia de Minas Gerais - CREA-MG), Alan Guimaraes Machado (Ambiente e
27 Educação Interativa – AMEDI), Antônio Giacomini Ribeiro (Fórum Nacional da
28 Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas – FONASC), Dionísio Alberto de
29 Brito (Movimento Verde de Paracatu – MOVER), José Geraldo Teixeira (Associação
30 para Gestão Socioambiental do Triângulo Mineiro – ANGÁ), Renato Soares Moreira
31 (Organização de Desenvolvimento Sustentável – ODS). Entre os visitantes estiveram:
32 Wagner Antunes de Oliveira (Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam), Thiago
33 Figueiredo Santana (Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam), Sonia de Souza
34 (Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam), Thais de Oliveira Lopes (Instituto

35 Mineiro de Gestão das Águas – Igam), Júlio Ayala, Thiago Nascimento (ABHA Gestão
36 de Águas), Euclides Lima (ABHA Gestão de Águas), Ângelo Lima (OGA Brasil), Deivid
37 Lucas de Oliveira (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG).
38 Pontos de pauta a serem discutidos: Item 01 - Abertura feita pelo Presidente - Leitura do
39 expediente e informes. Item 02 - Apreciação e deliberação da minuta da ata da 1ª
40 Assembleia Extraordinária de 2020 (10.12.2020). Item 03 - Apreciação e deliberação da
41 Minuta de Proposta de Critérios e Valores da Cobrança no CBH Afluentes Mineiros do
42 Alto Paranaíba, desenvolvida na Câmara Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC CBH
43 PN1. Item 04 - Explicação das atividades que estão sendo desenvolvidas na Câmara
44 Técnica de Outorga e Cobrança - CTOC CBH PN1. Item 05 - Monitorar a governança
45 pra aumentar a segurança hídrica: O protocolo de monitoramento do OGA Brasil.
46 Apresentação: Ângelo Lima - Secretário Executivo do OGA Brasil. Item 06 - Abertura
47 de fala aos presentes. O Sr. Antônio Geraldo inicia a reunião agradecendo os presentes e
48 seguindo a apreciação da Ata a 1ª Assembleia Geral Extraordinária de 2020. Foi solicitada
49 uma retificação pelo Sr. José Américo Carniel e logo após foi aprovada pela maioria dos
50 presentes, com abstenção do Sr. Robson Rodrigues dos Santos, Sr. Rubens Maciel
51 Cappuzzo e Sr. Eusímio Felisbino Fraga Junior. Seguindo ao Item 03 da pauta o Sr.
52 Antônio Geraldo fala sobre a importância dessa deliberação para a bacia e para o Comitê,
53 agradecendo a gestão anterior que iniciou os trabalhos. O Sr. Helbert Teixeira, atual
54 coordenador da CTOC, faz um histórico do processo para o desenvolvimento da
55 Deliberação, desde o Grupo de Trabalho até a finalização dessa minuta na Câmara
56 Técnica de Outorga e Cobrança. O presidente questiona aos conselheiros se há a
57 necessidade de ser feita a leitura de toda a minuta de deliberação e aceita a sugestão de
58 leitura individual a partir da projeção da deliberação na plataforma de reunião, visível a
59 todos. Ficou acordado que seria feita a leitura total e depois aberta a fala aos conselheiros
60 para contribuições e destaques. Inicialmente o Presidente do CBH colocou em votação a
61 apreciação da Deliberação em sua totalidade e os posteriores destaques à sofrerem
62 possíveis alterações, que foi aprovada por unanimidade dos presentes. O primeiro
63 destaque foi do Sr. Antônio Giacomini para o complemento do Art. 1ª, que não
64 apresentava a informação da data de vigência da norma. Foi acrescentado que a
65 Deliberação entrará em vigência no exercício seguinte à aprovação pelo Conselho
66 Estadual de Recursos Hídricos – CERH/MG. O Sr. José Américo Carniel solicita um
67 destaque no Art. 5ª, passando a palavra ao Sr. Júlio Ayala, consultor da Associação de
68 Usuários da Região do Mundo Novo para justificar a demanda. Foi solicitado uma

69 inclusão no presente artigo de um dispositivo para favorecer os proprietários rurais que
70 prestam serviços ambientais, incluindo uma redução no valor cobrado em virtude do valor
71 da água produzida, enxergando esses usuários como produtores de água. O Sr. Antônio
72 Geraldo, então, questiona ao conselheiro se a explanação do consultor está de acordo com
73 a sua opinião, e ele o responde que sim. O Sr. Thiago Santana explica que é importante
74 ter clareza no instrumento que está em discussão. A cobrança é um instrumento que recai
75 sobre o uso da água, logo, esses parâmetros são utilizados para cobrar. Dentro das
76 discussões do CERH ficou claro sobre a necessidade de não haver novos fatores
77 redutores, principalmente aqueles que extrapolam a política de recursos hídricos. À
78 critério do Comitê, a produção de água pode ser compensada e implementadas ações de
79 programas de serviços ambientais de acordo com as prioridades para o retorno desses
80 recursos. A Sra. Thais Lopes complementa que o artigo apresenta as bases de cálculo para
81 incidência da cobrança, e acredita que incluir uma outra base de cálculo não atende ao
82 que foi requerido. Considerando as especificidades do setor, na metodologia apresentada
83 já existem formas de amenizar essa cobrança. O Sr. Thiago Santana e o Sr. Fernando
84 Faria falam sobre um melhor momento para discutir os rebatimentos aos usuários que
85 preservam o meio ambiente e os recursos hídricos em uma reunião específica para o
86 assunto no Comitê de Bacia, visto que caracteriza um Programa de Conservação da Água
87 – PCA. O Sr. José Américo se diz esclarecido e retira sua proposta de complementação
88 do Art. 5º. Seguindo a deliberação sobre a minuta, pelo motivo de os membros da CTOC
89 não terem entrado em consenso, o Anexo II apresentou duas opções para os valores dos
90 preços públicos unitários de cobrança para os casos de rebaixamento para mineração.
91 Iniciando as discussões a Sra. Thais Lopes fala que a proposta do Igam é trazer ao âmbito
92 do CBH o que está sendo tramitado no CERH, sem a pretensão de intervir nas decisões
93 da plenária do Comitê. Sabendo disso, o baixo valor apresentado na Opção 1 não seria
94 aprovado pelo Conselho caso a minuta que está tramitando seja aprovada. O Sr. Helbert
95 Teixeira acredita ser importante que o CBH tenha autonomia para decidir suas
96 preferências de acordo com os seus ideais e a partir daí, caso haja algum questionamento
97 ou barreira imposta pelo CERH que essas questões sejam revisadas na plenária do
98 Comitê. A questão foi colocada em votação nominal devendo os conselheiros escolher
99 entre a Opção 1 (0,0172) e a Opção 2 (0,0345). Por maioria dos votos – 19 votos para a
100 opção 2 e 3 votos para a opção 1 – a tabela da Opção 2 foi a escolhida para permanecer
101 na deliberação ficando o valor do preço público unitário de cobrança para os casos de
102 rebaixamento para mineração de 0,0345. O Sr. Antônio Giacomini solicitou um destaque

103 no Art. 5º do Anexo I sugerindo a retirada da subtração de 500 da fórmula da cobrança pelo
104 uso de recursos hídricos, acreditando que a função educativa da cobrança pode ser
105 prejudicada. Crê que o recolhimento deve abranger todos os usuários, porém aqueles que
106 tiverem um consumo avaliado em menos de 500 reais não terão esse compromisso. Por
107 ser um desconto para todos os usuários, não ajuda o pequeno produtor como também é
108 um valor muitas vezes irrelevante para os grandes consumidores. Entretanto, o montante
109 final que o Comitê deixará de arrecadar com esse desconto é muito grande. A Sra. Thais
110 Lopes explica que o lançamento de boletos com valores abaixo de 500 reais acaba tendo
111 custo de emissão inviável. Sendo assim os valores são cumulativos ao longo dos anos e
112 ao exceder o valor de 500 reais o boleto é emitido com os valores acumulados. A questão
113 foi colocada em votação aberta e nominal devendo os conselheiros escolher entre manter
114 a subtração dos 500 na fórmula ou tirar essa operação. Por maioria dos votos – 13 votos
115 para manter, 8 votos para tirar e 1 abstenção – foi decidido que seria mantido o desconto
116 de 500 reais na fórmula da cobrança pelo uso de recursos hídricos. A Deliberação CBH
117 AMAP nº 34, 11 de março de 2021 foi finalizada com as alterações aprovadas pelos
118 conselheiros presentes na reunião. O Presidente passou ao Item 05 da pauta, abrindo a
119 palavra para o Sr. Ângelo Lima, Secretário Executivo do OGA Brasil para falar sobre os
120 benefícios do monitoramento da governança das águas, essa discussão é o
121 reconhecimento de que existe um processo político nessa gestão. Inicia sua apresentação
122 com uma contextualização do momento ambiental em que o mundo está passando e,
123 inclusive, nas perspectivas de grandes pesquisas os principais riscos globais, em termos
124 de probabilidade, são todos ambientais. Vivemos hoje o maior número de conflitos pela
125 água já registrado, com concentração maior nos estados de MG, BA e SE. O processo de
126 criação do OGA Brasil se iniciou em 2005 com a publicação do “Reflexões e dicas” pela
127 WWF Brasil, seguido pela pesquisa de governança das águas e pesquisas sobre o
128 observatório e a construção, de fato, do observatório entre 2015 a 2017. O OGA Brasil é
129 uma rede multisetorial que reúne instituições do poder público, privado, organizações da
130 sociedade civil e pesquisadores, com a missão de gerar, sistematizar, analisar e difundir
131 informações das práticas de governança das águas pelos atores e instâncias do SINGREH,
132 por meio do acompanhamento de suas ações. Os membros signatários do Observatório
133 são um Conselho Geral e um Comitê Gestor, que forma um núcleo executivo englobando
134 secretaria executiva, comunicação e gestão técnica; além das agendas técnicas com os
135 grupos de trabalho, os núcleos estaduais e os Comitês Científicos. A discussão sobre
136 governança das águas, fortalece a necessidade de ir além dos indicadores, e de construir

137 um Sistema de Monitoramento para acompanhar e monitorar o Sistema Nacional de
138 Gerenciamento de Recursos Hídricos. São apresentadas cinco dimensões de governança,
139 sendo elas: o ambiente institucional, as capacidades estatais, os instrumentos de gestão,
140 as relações intergovernamentais e a interação entre Estado e sociedade. O SINGREH é
141 um sistema complexo e ousado, assentado na necessidade de intensa articulação e ação
142 coordenada entre as diferentes esferas, atores e políticas para a sua efetiva implementação
143 indicando assim que a governança é um elemento importante desse sistema. Para
144 monitorar o SINGREH e acompanhar a governança da gestão de recursos hídricos no
145 Brasil, o OGA se propõe a monitorar a implementação dos instrumentos de gestão; a
146 integração da Gestão de Recursos Hídricos com a Gestão Ambiental; o funcionamento
147 dos CBHs; os órgãos gestores; o ambiente institucional e as capacidades estatais. Tudo
148 isso possibilita um aumento das possibilidades de alcançar os objetivos da política de
149 recursos hídricos. Para que o Protocolo de Monitoramento da Governança das Águas seja
150 aplicado são necessárias cinco etapas: a definição de aplicação do protocolo, a formação
151 de um grupo de trabalho, uma reunião de alinhamento com esse GT, a aplicação do
152 Protocolo e seus indicadores e, por fim, a avaliação e proposição de planos de ação para
153 melhorias nos indicadores com baixa performance. O ciclo de análise da governança
154 inclui, todos interligados entre si, a coleta de indicadores e sua análise, a identificação das
155 lacunas de governança e priorização e a elaboração de propostas para aperfeiçoamento da
156 governança e da execução. O Sr. Ângelo Lima agradece o espaço para explanação e abre
157 para perguntas dos conselheiros. Sem questionamentos, o Sr. Antônio Geraldo agradece
158 e parabeniza o trabalho do Sr. Ângelo e retorna ao Item 04 da pauta em que seria feita
159 uma explanação das atividades que estão sendo desenvolvidas na Câmara Técnica de
160 Outorga e Cobrança - CTOC CBH PN1. Não estando presentes nesse momento o Sr.
161 Helbert Teixeira, coordenador da Câmara Técnica, e o Sr. Antônio Giacomini, relator, o
162 Presidente seguiu a reunião, encerrando-a. Não tendo outros assuntos a se tratar eu,
163 secretaria administrativa, redigi esta ata que depois de lida e aprovada será assinada pelo
164 Secretário Executivo e pelo Presidente.